



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
UNIDADE DE CONTROLE E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Alto da XV, Curitiba/PR, CEP 80060-000  
Telefone: - <http://www.ufpr.br/>

Curitiba, 20 de agosto de 2024.

Processo nº 23075.042969/2024-65

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UASG 153079

### AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90.209/2024

(Processo Administrativo nº 23075.042969/2024-65)

(Este documento foi elaborado com base no modelo da AGU de **agosto de 2023**)

A parte redigida em preto segue conforme modelo estabelecido pela AGU e recomenda-se serem mantidas.

As partes redigidas em vermelho preveem 2 situações:

1 - As que deverão ser preenchidas conforme a natureza do objeto a ser contratada,

2 - E as que necessitarão ser avaliadas conforme a natureza do objeto, podendo ser suprimidas nos casos em que a redação não seja aplicável

As partes destacadas **em amarelo** se referem a alterações ou complementos realizados por esta UASG que não estava previstos no modelo da AGU

Torna-se público que a **Universidade Federal do Paraná**, autarquia federal de CNPJ 75.095.679/0001-49, por meio do Departamento de Biodiversidade do Setor Palotina, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento (*menor preço*), na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Unidade Responsável: Departamento de Biodiversidade do Setor Palotina

Contato: [fernando.leivas@ufpr.br](mailto:fernando.leivas@ufpr.br) ou pelo telefone (44) 99111-7209

Data da sessão: 23/08/2024

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 17:00

Critério de Julgamento: menor preço

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de serviços de manutenção corretiva de 79 (setenta e nove) equipamentos ópticos (microscópios e esteromicroscópios), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo

| ITEM | DESCRIÇÃO/<br>ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                    | CATSER | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA | QUANT. | VALOR<br>UNIT. | VALOR<br>TOTAL<br>ESTIMADO |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------------------------|--------|----------------|----------------------------|
| 1    | Serviço de manutenção corretiva em 79 (setenta e nove) equipamentos ópticos (microscópios e esteromicroscópios), incluindo mão de obra e fornecimento de peças, conforme descritos no item 5 do Termo de Referência (Anexo I). | 12742  | Serviços                | 1      | 37.010,00      | 37.010,00                  |

Havendo mais de item faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

2.1.1 O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2 O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica,

quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2 aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.5 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1 O fornecedor **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.2.2 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

3.2.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.2.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.2.3.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade

dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2.3.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.3 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.7 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- c) que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
- e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.7.1 O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.2 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7 Caso a funcionalidade esteja disponível no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.7.1 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.7.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.7.2 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.7.3 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **4. FASE DE LANCES**

4.1 A partir da data e hora estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

*4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.*

4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (um real)**.

4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do

procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4 Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.

5.5 Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.7 Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.7.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.7.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8 Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) apresentar preços inexequíveis **ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;**
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.10 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



5.11 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a executabilidade da proposta.

5.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.15 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.16 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.17 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. **62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2 A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7. CONTRATAÇÃO

**7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, a Nota de empenho terá força de contrato.**

7.2 O adjudicatário terá o prazo de 15(quinze) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para **assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho)**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado<sup>1</sup> (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

*7.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

*7.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

*7.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

*7.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência

7.5 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA FASE LICITATÓRIA

8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.**

**8.3 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:**

**8.3.1 Os parâmetros de aplicação das sanções administrativas no âmbito da UFPR serão os seguintes:**

| <b>Falha apurada</b>                                                                                                                  | <b>Fundamento legal</b>           | <b>Sanção</b>                                                         | <b>Multa</b>                                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|
| Deixar de entregar a documentação exigida para o certame                                                                              | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 30 dias | Até 5% em relação ao valor de sua proposta  |
| Não entregar documento solicitado durante o certame                                                                                   | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 15 dias | Até 3% em relação ao valor de sua proposta  |
| Deixar de manter as condições de habilitação, durante a realização do certame                                                         | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias | Até 10% em relação ao valor de sua proposta |
| Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela UFPR, durante a análise da proposta ou da planilha de custos da licitação | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias | Até 10% em relação ao valor de sua proposta |
| Não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação                                                            | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias | Até 10% em relação ao valor de sua proposta |

|                                                                                               |                                     |                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta                                                | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV   | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias                                                                                               | Até 10% em relação ao valor de sua proposta                                                                                                                        |
| Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva                           | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. V    | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 30 dias                                                                                               | Até 5% em relação ao valor de sua proposta                                                                                                                         |
| Deixar de apresentar amostra                                                                  | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV   | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias                                                                                               | Até 10% em relação ao valor de sua proposta                                                                                                                        |
| Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços                                          | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI   | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses                                                                                               | Até 15% em relação ao valor de sua proposta                                                                                                                        |
| Não entregar a documentação exigida para a contratação                                        | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI   | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses                                                                                               | Até 15% em relação ao valor de sua proposta                                                                                                                        |
| Não se cadastrar no sistema de processo eletrônico da UFPR para assinatura da Ata ou Contrato | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI   | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses                                                                                               | Até 15% em relação ao valor de sua proposta                                                                                                                        |
| Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame                            | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses | Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |
| Prestar declaração falsa durante a licitação                                                  | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses | Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |

|                                                                            |                                   |                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                    |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Fraudar a licitação                                                        | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IX | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses | Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |
| Agir em conluio ou em desconformidade com a lei                            | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X  | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses | Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |
| Induzir deliberadamente a erro no julgamento                               | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X  | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses | Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |
| Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X  | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses | Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |

|                                                                                                                    |                                   |                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade: | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X  | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses | Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |
| Apresentar amostra falsificada ou deteriorada                                                                      | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X  | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |
| Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação                                             | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |
| Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente      | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |

|                                                                    |                                    |                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013 | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XII | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação. |
|--------------------------------------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

8.3.1.1 As sanções listadas na tabela acima não esgotam a possibilidade de enquadramento das condutas do licitante nas infrações previstas nesta Seção, com a aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.5 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.6 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.8 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.12 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de

fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.13 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2 As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.3 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.



- 9.11 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21**  
**SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DIRETA**

(Este documento foi elaborado com base no modelo da AGU de agosto de 2023)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**Processo Administrativo nº 23075.042969/2024-65**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Contratação de serviços de manutenção corretiva de 79 (setenta e nove) equipamentos ópticos (microscópios e esteromicroscópios) para atendimento de necessidades do Departamento de Biodiversidade do Setor Palotina da Universidade Federal do Paraná, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                           | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------------------|-------|----------------|-------------|
| 1    | Serviço de manutenção corretiva em 79 (setenta e nove) equipamentos ópticos (microscópios e esteromicroscópios), incluindo mão de obra e fornecimento de peças, conforme descritos no item 5 desse Termo de Referência. | 12742  | Serviço           | 1     | 37.010,00      | 37.010,00   |

- 1.2 Os serviços objeto desta contratação são de natureza comum.
- 1.3 O instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho, em atenção à disposição do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFPR, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 1.5 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.6 O custo estimado total da contratação é de 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O Departamento de Biodiversidade, dentre outras atribuições, é responsável por pelo atendimentos de 24 disciplinas, que somam 1.125 horas/aula, as quais utilizam os equipamentos óticos que estão sendo solicitados a manutenção corretiva, sendo elas:

- Curso de Agronomia (três disciplinas obrigatórias, totalizando 150h): Zoologia - DBD 108 (45h, obrigatória); Entomologia Agrícola - DBD 110 (45h, obrigatória); e Morfologia e Anatomia Vegetal - DBD 109 (60h, obrigatória).

- Curso de Ciências Biológicas (17 disciplinas, totalizando 420h de disciplinas obrigatórias e 360h de disciplinas optativas): Morfologia e Anatomia Vegetal - DBD 109 (60h, obrigatória); Protozoa e Chromista - DBD 111 (45h, obrigatória); Zoologia 1 - DBD 114 (30h, obrigatória); Zoologia 2 - DBD 115 (30h, obrigatória); Zoologia 3 - DBD 117 (60h, obrigatória), Zoologia 4 - DBD 118 (30h, obrigatória), Zoologia 5 - DBD 123 (75h, obrigatória); Sistemática de Criptógamas - DBD 116 (45h, obrigatória), Sistemática de Fanerógramas - DBD 121 (60h, obrigatória); Fungi - DBD 126 (45h, obrigatória); Descrevendo espécies - DBD 028 (60h, optativa); Fisiologia dos animais aquáticos - DBD 112 (45h, optativa); Limnologia - DBD 107 (60h, optativa), Entomologia Agrícola - DBD 110 (45h, optativa), Biologia de Peixes (45h, optativa); Entomologia de Campo - DBD 151 (60h, optativa), Macroinvertebrados Dulciaquícolas - DBD 160 (45h, optativa).

- Curso de Engenharia de Aquicultura (quatro disciplinas obrigatórias, totalizando 195h): Botânica Aquática - DBD 101 (45h); Zoologia dos invertebrados aquáticos - DBD 105 (45h); Zoologia dos vertebrados aquáticos - DBD 106 (45h); Limnologia - DBD 107 (60h).

Visto o volume de equipamentos óticos que apresentam defeito (79 equipamentos) e a elevada demanda de atendimento à comunidade acadêmica (24 disciplinas), o atendimento aos cursos de graduação encontra-se deficitário e com reflexos negativos no processo de ensino-aprendizagem de alunos de graduação, sendo necessária a manutenção corretiva desses equipamentos para atender de forma mais adequada a demanda.

A aquisição do serviço de manutenção corretiva desses equipamentos óticos permitirá melhor atender a demanda dos cursos de graduação do Setor Palotina, proporcionando melhores condições no processo de ensino-aprendizagem dos alunos de graduação pela maior disponibilidade de equipamentos e qualidade nos estudos práticos das disciplinas.

Os quantitativos previstos foram estimados com base em uma avaliação técnica e individual dos equipamentos óticos litados.

Visando a ampliar a competitividade, e considerando a natureza da contratação, a aquisição será dada pelo menor preço por item.

Visto que a presente contratação se enquadra nos moldes do contido no art. 75, II da Lei 14.133/2021 e que há regulamentação legal na forma da Instrução Normativa Nº 67/2021- SEGES/ME, devido ao baixo valor e a bem da econômica processual, a presente contratação se dará por dispensa de licitação, na forma eletrônica.

Considerando a contratação de serviços comuns, a baixa complexidade do objeto e prestação do serviço será imediato e integral, não havendo necessidade de requisitos complementares, pactuação de níveis de serviço ou análise mais detida quanto à existência de soluções alternativas, foi dispensada da instrução a elaboração dos estudos técnicos preliminares, nos termos ao art. 14 da Instrução Normativa n.º 58/2022-SEGES-ME.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva para 79 (setenta e nove) equipamentos ópticos do Departamento de Biodiversidade do Setor Palotina da Universidade Federal do Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1 Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contido no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber. A licitante deverá estar alinhada com os critérios e práticas de sustentabilidade, observando o Plano de Logística Sustentável da UFPR:

- Observação das exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, especialmente no que se refere a:

- a) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- b) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- c) Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício;
- d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes às ações de redução de consumo de energia e água;
- e) Utilizar produtos de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- f) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
- g) Fazer uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

### **Subcontratação**

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **Vistoria**

4.4 Para a presente contratação não será exigida a realização de vistoria técnica.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: em até 15 dias da emissão da nota de empenho.

5.2 Para execução dos serviços, será necessário observar:

- a) A empresa deve garantir o fornecimento das peças e materiais básicos para a manutenção corretiva dos equipamentos ópticos;
- b) Após a realização da manutenção a empresa deverá apresentar relatório contendo a descrição do

procedimento realizado bem como um checklist de todos os itens verificados e substituídos. Os relatórios devem ser repassados a fiscal do contrato, dentro de 72h, via e-mail ou entrega do documento físico.

c) Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, fretes, transportes, carga e descarga, garantia dos materiais e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

d) A Contratada deverá assegurar que a prestação dos serviços será sempre realizada por profissionais técnicos qualificados.

e) A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento de vestimentas adequadas para a execução dos serviços, bem como por todos os equipamentos de proteção individual – EPI's necessários e de observância obrigatória de acordo com as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho.

f) A Contratada se responsabilizará por qualquer tipo de dano cometido aos equipamentos durante os serviços de manutenção e deverá providenciar o conserto dos mesmos sem ônus para a contratante.

g) A Contratada deverá realizar testes de funcionamento após o término dos serviços de manutenção sempre na presença de um dos responsáveis da equipe técnica da UFPR.

h) Havendo a necessidade da prestação de serviços fora do horário compreendido entre 08h e 17h e aos sábados, não acarretará acréscimo do valor estabelecido.

i) A Contratada deverá oferecer garantia de, no mínimo, 06 (seis) meses sobre as manutenções realizadas.

### 5.3 Das Especificação dos Equipamentos

| DADOS DOS EQUIPAMENTOS DO DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIADE- UFPR |       |                  |                           |            |
|---------------------------------------------------------------|-------|------------------|---------------------------|------------|
| ITEM                                                          | MARCA | MODELO           | NÚMERO DE PATRIMÔNIO UFPR | QUANTIDADE |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                                         | OPTON | MOD TIM 107      | 266318                    | 1          |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                                         | KOZO  | Não especificado | 238274                    | 1          |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                                         | KOZO  | Não especificado | 238270                    | 1          |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                                         | OPTON | MOD TIM 107      | 271609                    | 1          |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                                         | MARTE | Não especificado | sem patrimônio            | 1          |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                                         | KOZO  | Não especificado | 238280                    | 1          |
| MICROSCOPIOPOIO TRINOCULAR                                    | KOZO  | Não especificado | 238285                    | 1          |
| MICROSCOPIOPOIO BINOCULAR                                     | KOZO  | Não especificado | 238268                    | 1          |

|                              |                  |                       |                |   |
|------------------------------|------------------|-----------------------|----------------|---|
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | 238272         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | MARTE            | Não especificado      | sem patrimônio | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | 238266         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | MARTE            | Não especificado      | sem patrimônio | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | MARTE            | Não especificado      | sem patrimônio | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | sem patrimônio | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | Não especificado      | 425982         | 1 |
| ESTEREOMICROSCÓPIO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM              | 258800         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | Não especificado | COM OBJETIVA DE 1600X | 258803         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | Não especificado | Não especificado      | 434691         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | 238267         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | Não especificado | MIC-100               | 518731         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | 238275         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | Não especificado      | 425986         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | Não especificado      | 471776         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | Não especificado      | 425987         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | 238284         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | 238271         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | Não especificado      | 425989         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR        | Não especificado | MIC-100               | 518730         | 1 |

|                                      |                  |                                          |                |   |
|--------------------------------------|------------------|------------------------------------------|----------------|---|
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | CENTAURO         | BM-300-B                                 | 471777         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | CENTAURO         | BM-300-B                                 | 471766         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | CENTAURO         | BM-300-B                                 | 471778         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | CENTAURO         | BM-300-B                                 | 471779         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | CENTAURO         | BM-300-B                                 | 471774         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | MARTE            | Não especificado                         | sem patrimônio | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | KOZO             | Não especificado                         | 238273         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | KOZO             | Não especificado                         | 238282         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 266320         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | KOZO             | Não especificado                         | Sem patrimônio | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | LED, COM ZOOM 180X                       | 481983         | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ILUMINACAO DUPLA EPISCOPICA E DIASCOPICA | 248458         | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | LUMEN            | LM310BZ                                  | 451720         | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | LED COM ZOOM 180X                        | 482066         | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | LUMEN            | LM310BZ                                  | 457464         | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | Não especificado | MOD DI-152B                              | 527070         | 1 |
| ESTEREOSCOPICO BINOCULAR             | Não especificado | LED COM ZOOM 180X                        | 482067         | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | LUMEN            | LM310BZ                                  | 451719         | 1 |

|                                      |                  |                                          |        |   |
|--------------------------------------|------------------|------------------------------------------|--------|---|
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | LUMEN            | LM310BZ                                  | 451717 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 260830 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 260826 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258789 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258787 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258773 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258797 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258795 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | LED COM ZOOM 180X                        | 481982 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ILUMINACAO DUPLA EPISCOPICA E DIASCOPICA | 248469 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULA  | LUMEN            | LM310BZ                                  | 457462 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258799 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 260823 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 271577 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 271578 | 1 |



|                                      |                  |                                          |        |   |
|--------------------------------------|------------------|------------------------------------------|--------|---|
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 271579 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 271580 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 271581 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 271582 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 271583 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 271584 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 271585 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 271586 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | Não especificado                         | 286182 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | Não especificado                         | 286183 | 1 |
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | BIOFOCUS         | BIO 1600T-I-L,<br>MICROGRAFIA<br>DIGITAL | 467589 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM<br>EST.127/220-<br>NOVA STX-E       | 284884 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM<br>EST.127/220-<br>NOVA STX-E       | 284885 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM<br>EST.127/220-<br>NOVA STX-E       | 284886 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM<br>EST.127/220-<br>NOVA STX-E       | 284887 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM<br>EST.127/220-<br>NOVA STX-E       | 284888 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM<br>EST.127/220-<br>NOVA STX-E       | 284890 | 1 |

#### 5.4 Da Execução dos Serviços

Os serviços deverão ser prestados no local onde se encontrarem os equipamentos nas

dependências da UFPR, a saber: Rua Pioneiro, nº 2153 - Bairro Jardim Dallas - CEP 85.950-000 - Palotina/PR, nas dependências do Departamento de Biodiversidade; ou, excepcionalmente, no laboratório da empresa Contratada, quando necessário;

Esclarecimentos sobre os serviços e materiais poderão ser obtidos com o Professor Fernando Willyan Trevisan Leivas através do e-mail fernando.leivas@ufpr.br ou pelo telefone (44) 99111-7209 de segunda a sexta feira das 07h30 às 17h30.

### 5.5 Especificações dos Serviços:

A empresa CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção, de acordo com o seguinte Plano de trabalho:

| DADOS DOS EQUIPAMENTOS - UFPR                                                                                                                                                         |                            |          |                  |                           |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------|------------------|---------------------------|------------|
| SERVIÇO DE MANUTENÇÃO                                                                                                                                                                 | ITEM                       | MARCA    | MODELO           | NÚMERO DE PATRIMÔNIO UFPR | QUANTIDADE |
| Banho químico em lentes, manutenção preventiva e limpeza das objetivas, lubrificação da parte mecânica e verificação da parte elétrica, incluindo mão de obra e fornecimento de peças | MICROSCOPIO BINOCULAR      | OPTON    | MOD TIM 107      | 266318                    | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIO BINOCULAR      | KOZO     | Não especificado | 238274                    | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIO BINOCULAR      | KOZO     | Não especificado | 238270                    | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIO BINOCULAR      | OPTON    | MOD TIM 107      | 271609                    | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIO BINOCULAR      | MARTE    | Não especificado | sem patrimônio            | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIO BINOCULAR      | KOZO     | Não especificado | 238280                    | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIOPOIO TRINOCULAR | KOZO     | Não especificado | 238285                    | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIOPOIO BINOCULAR  | KOZO     | Não especificado | 238268                    | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIOPOIO BINOCULAR  | KOZO     | Não especificado | 238272                    | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIO BINOCULAR      | MARTE    | Não especificado | sem patrimônio            | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIOPOIO BINOCULAR  | KOZO     | Não especificado | 238266                    | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIOPOIO BINOCULAR  | CENTAURO | Não especificado | 425984                    | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIO BINOCULAR      | MARTE    | Não especificado | sem patrimônio            | 1          |
|                                                                                                                                                                                       | MICROSCOPIO BINOCULAR      | MARTE    | Não especificado | sem patrimônio            | 1          |

|                                                                                                                                                                                                                   |                              |                  |                       |                |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|------------------|-----------------------|----------------|---|
| Troca do potenciômetro, manutenção preventiva: limpeza das lentes objetivas e oculares, verificação das saídas da parte elétrica e lubrificação da parte mecânica, incluindo mão de obra e fornecimento de peças. | MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | sem patrimônio | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | Não especificado      | 425982         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | ESTEREOMICROSCÓPIO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM              | 258800         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | Não especificado | COM OBJETIVA DE 1600X | 258803         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | Não especificado | Não especificado      | 434691         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | 238267         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | Não especificado | MIC-100               | 518731         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | 238275         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | Não especificado      | 425986         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | Não especificado      | 471776         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | Não especificado      | 425987         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | 238284         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | KOZO             | Não especificado      | 238271         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | Não especificado      | 425989         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | Não especificado | MIC-100               | 518730         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | BM-300-B              | 471777         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | BM-300-B              | 471766         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | BM-300-B              | 471778         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | BM-300-B              | 471779         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR        | CENTAURO         | BM-300-B              | 471774         | 1 |

|                                                                                                                                                                                                                                               |                                      |                  |                                          |                |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|------------------|------------------------------------------|----------------|---|
| Troca da engrenagem do micrometro e ajuste mecânico. Manutenção preventiva limpeza das lentes objetivas e oculares, verificação das saídas da parte elétrica e lubrificação da parte mecânica, incluindo mão de obra e fornecimento de peças. | MICROSCOPIO BINOCULAR                | MARTE            | Não especificado                         | sem patrimônio | 1 |
| Reparo na fonte, banho químico na lente de 40x, manutenção preventiva com limpeza das demais objetiva, limpeza das oculares, lubrificação da parte mecânica, incluindo mão de obra e fornecimento de peças.                                   | MICROSCOPIO BINOCULAR                | KOZO             | Não especificado                         | 238273         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                               | MICROSCOPIO BINOCULAR                | KOZO             | Não especificado                         | 238282         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                               | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107                              | 266320         | 1 |
| Manutenção preventiva completa com limpeza das objetivas e oculares, lubrificação da parte mecânica e verificação do funcionamento da parte elétrica, incluindo mão de obra e fornecimento                                                    | MICROSCOPIO BINOCULAR                | KOZO             | Não especificado                         | Sem patrimônio | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                               | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | LED, COM ZOOM 180X                       | 481983         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                               | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ILUMINACAO DUPLA EPISCOPICA E DIASCOPICA | 248458         | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                               | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | LUMEN            | LM310BZ                                  | 451720         | 1 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                      |                  |                                          |        |   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|------------------|------------------------------------------|--------|---|
| de peças.                                                                                                                                                                                                                                                        | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | LED COM ZOOM 180X                        | 482066 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | LUMEN            | LM310BZ                                  | 457464 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | Não especificado | MOD DI-152B                              | 527070 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | ESTEREOSCOPICO BINOCULAR             | Não especificado | LED COM ZOOM 180X                        | 482067 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | LUMEN            | LM310BZ                                  | 451719 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | LUMEN            | LM310BZ                                  | 451717 | 1 |
| Troca do potenciômetro, manutenção preventiva: limpeza das lentes objetivas e oculares, verificação das saídas da parte elétrica e lubrificação da parte mecânica, incluindo mão de obra e fornecimento de peças, incluindo mão de obra e fornecimento de peças. | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 260830 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 260826 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258789 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258787 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258773 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258797 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM                                 | 258795 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | LED COM ZOOM 180X                        | 481982 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ILUMINACAO DUPLA EPISCOPICA E DIASCOPICA | 248469 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                      |                  |                                          |        |   |

|                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                      |                  |                  |        |   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|------------------|------------------|--------|---|
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULA  | LUMEN            | LM310BZ          | 457462 | 1 |
| Reparo na fonte, manutenção preventiva com limpeza das demais objetiva, limpeza das oculares, lubrificação da parte mecânica, incluindo mão de obra e fornecimento de peças.                                                                                     | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM         | 258799 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM         | 260823 | 1 |
| Troca do potenciômetro, manutenção preventiva: limpeza das lentes objetivas e oculares, verificação das saídas da parte elétrica e lubrificação da parte mecânica, incluindo mão de obra e fornecimento de peças, incluindo mão de obra e fornecimento de peças. | MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | COM ZOOM         | 260823 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107      | 271577 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107      | 271578 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107      | 271579 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107      | 271580 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107      | 271581 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107      | 271582 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107      | 271583 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107      | 271584 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107      | 271585 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | MOD TIM 107      | 271586 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | Não especificado | 286182 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  | MICROSCOPIO BINOCULAR                | OPTON            | Não especificado | 286183 | 1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                      |                  |                  |        |   |

|                                      |                  |                                    |        |   |
|--------------------------------------|------------------|------------------------------------|--------|---|
| MICROSCOPIO BINOCULAR                | BIOFOCUS         | BIO 1600T-I-L, MICROGRAFIA DIGITAL | 467589 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM EST.127/220-NOVA STX-E        | 284884 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM EST.127/220-NOVA STX-E        | 284885 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM EST.127/220-NOVA STX-E        | 284886 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM EST.127/220-NOVA STX-E        | 284887 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM EST.127/220-NOVA STX-E        | 284888 | 1 |
| MICROSCOPIO ESTEREOSCOPICO BINOCULAR | Não especificado | ZOOM EST.127/220-NOVA STX-E        | 284890 | 1 |

5.6 A CONTRATADA deverá fornecer emitir relatório técnico I, datado e assinado, com nome legível do técnico que realizou o serviço. Este deverá conter dados referentes aos serviços executados e eventuais recomendações para melhor conservação das dos equipamentos ópticos, relatar a descrição da execução, materiais ou peças utilizadas, causas possíveis e defeito. Neste relatório técnico a contratada deverá informar previsões possíveis para a próxima visita, informar a necessidade ou não da troca de peças e componentes com defeitos ou desgastados, ressaltando que a aquisição de peças necessárias para substituição ficará por conta da contratante, todavia a contratada deverá fornecer consultoria para a compra das peças, mesmo que estas sejam adquiridas de outro fornecedor.

### 5.7 Das Peças De Reposição

- A empresa CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os insumos necessários para a perfeita execução do serviço.
- As peças substituídas deverão ser entregues à fiscalização do contrato, de forma que a UFPR providencie o descarte adequado;
- A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e em sua proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

### 5.8 Local da prestação dos serviços

Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço:

Rua Pioneiro, nº 2153 - Bairro Jardim Dallas - CEP 85.950-000 - Palotina/PR, nas dependências do Departamento de Biodiversidade

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.9 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.1.1 A unidade de medida dos serviços contratados será a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças conforme descrição detalhada neste termo de referência.

7.2 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura.



7.3 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme estabelecido neste Termo de Referência

## **Do recebimento**

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.4.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.5.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.11 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.11.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.20 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.22 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na nota fiscal, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.26 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.27 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está

condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.29 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.30 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

### **Exigências de habilitação**

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.2 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.4 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.2.5 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.2.6 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.2.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.2.8 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2.9 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.2.10 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### 8.3 Habilitação jurídica

**a) No caso de Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**b) No caso de Empresário individual :** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**c) No caso de Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**d) No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**e) No caso de Sociedade empresária estrangeira :** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**f) No caso de Sociedade simples :** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**g) No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária :** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**h) No caso de Sociedade cooperativa :** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital e Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.6 Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital e Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **8.5 Qualificação Econômico-Financeira**

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

**8.5.3 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

i. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

ii. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

**8.5.4 Comprovação de Capital Social ou o valor de Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação**, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei.

## **8.6 Qualificação Técnica**

8.6.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.7 No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.7.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.7.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.7.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.7.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.7.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.7.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia; d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.7.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

## **8.8 Dos Documentos necessários para a prestação dos serviços**

**a) Certificado de qualificação/treinamentos** do(s) técnico(s) indicados para a realização dos serviços, objeto da presente contratação.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 O custo estimado total da contratação é de 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais) , conforme custos unitários apostos no título 1 deste termo.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: UFPR/Setor Palotina;

Fonte de Recursos: 1000000000 – Tesouro Nacional, Ação 12.364.5013.20RK.0041;

Programa de Trabalho: Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior;

Elemento de Despesa: 3390.39.17 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos;

Plano Interno: M20RKG01CKN.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

11.1 São obrigações do Contratante:

11.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este termo de referência;

11.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

11.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;

11.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.9.1 A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.10 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

12.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

12.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



12.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

12.19 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

12.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

### 13 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (da fase da execução contratual)

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**i. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**ii. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**iv. Multa**, considerando os seguintes parâmetros:

| Falha apurada                              | Fundamento legal                 | Sanção      | Multa                                                 |
|--------------------------------------------|----------------------------------|-------------|-------------------------------------------------------|
| Dar causa à inexecução parcial do contrato | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I | Advertência | De 6 a 20% do valor faturado no mês do inadimplemento |

|                                                                                                                                                                                    |                                  |             |                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Deixar de prestar garantia ou assistência técnica aos materiais fornecidos                                                                                                         | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I | Advertência | De 6 a 20% do valor faturado no mês do inadimplemento                                                                                                                                          |
| Recusar-se ou deixar de prestar parcela do Contrato de fornecimento ou de prestação dos serviços, nos prazos contratados                                                           | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I | Advertência | De 6 a 20% do valor faturado no mês do inadimplemento                                                                                                                                          |
| Interromper a prestação dos serviços ou o fornecimento continuado, após iniciada a execução do Contrato                                                                            | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I | Advertência | Até 10% do valor total remanescente da obrigação                                                                                                                                               |
| Recusar-se ou deixar de atender solicitação formal da fiscalização do Contrato, necessários à boa execução contratual                                                              | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I | Advertência | De 6 a 20% do valor faturado no mês do inadimplemento                                                                                                                                          |
| Recusar-se ou deixar de cumprir normas internas da UFPR, apontadas em relatório de fiscalização                                                                                    | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I | Advertência | De 6 a 20% do valor faturado no mês do inadimplemento                                                                                                                                          |
| Deixar de ressarcir danos ao patrimônio da UFPR ou à integridade física ou patrimonial de terceiros, em decorrência de ação ou omissão durante a execução do Contrato              | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I | Advertência | Moratória de 0,2% por dia em que a falha persistir. Compensatória de até 10% do valor faturado no mês do inadimplemento, sem prejuízo das demais custas com o ressarcimento dos danos causados |
| Entregar material ou serviço com características diversas daquelas constantes no termo de referência, recusando-se ou deixando de efetuar a substituição no prazo fixado pela UFPR | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I | Advertência | Até 10% em relação ao valor da obrigação                                                                                                                                                       |
| Entregar material ou serviço com características diversas daquelas constantes no termo de referência, efetuando a substituição fora do prazo fixado pela UFPR                      | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I | Advertência | Moratória de 0,5% por dia de atraso<br>Compensatória de até 5% em relação ao valor da obrigação                                                                                                |

|                                                                                                                                                    |                                     |                                                                                                                                                                     |                                                                                                 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. II   | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 1 ano                                                                                                 | Agravada em 50% em relação à prevista para os casos de advertência                              |
| Dar causa à inexecução total do contrato                                                                                                           | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. III  | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 3 anos                                                                                                | Até 30% em relação ao valor total do Contrato                                                   |
| Recusar-se ou deixar de fornecer os materiais ou de prestar os serviços, integralmente                                                             | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. III  | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 3 anos                                                                                                | Até 30% em relação ao valor total do Contrato                                                   |
| Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado                                                   | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VII  | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 2 anos                                                                                                | Até 10% em relação ao valor total do Contrato                                                   |
| Atrasar a entrega de material ou serviço por prazo de até 30 dias                                                                                  | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VII  | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 2 anos                                                                                                | Moratória de 0,3% por dia de atraso                                                             |
| Atrasar a entrega de material ou serviço por prazo superior a 30 (trinta) dias                                                                     | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VII  | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 2 anos                                                                                                | Moratória de 0,5% por dia de atraso<br>Compensatória de até 5% em relação ao valor da obrigação |
| Prestar declaração falsa durante a execução do contrato                                                                                            | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% do valor total do Contrato                                                              |
| Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal                                                                                              | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% do valor total do Contrato                                                              |
| Praticar ato fraudulento na execução do contrato                                                                                                   | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IX   | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% do valor total do Contrato                                                              |

|                                                                                   |                                    |                                                                                                                                                                     |                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Comportar-se de modo inidôneo                                                     | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X   | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% do valor total do Contrato |
| Cometer fraude de qualquer natureza                                               | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X   | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% do valor total do Contrato |
| Omitir informações em notas fiscais                                               | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X   | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% do valor total do Contrato |
| Falsificar ou alterar notas fiscais                                               | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X   | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% do valor total do Contrato |
| Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 | Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XII | Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses | Até 30% do valor total do Contrato |

\*\*\*6% de 1/12 = 0,5% do valor total do contrato

13.2.1. As sanções listadas na tabela acima não esgotam a possibilidade de enquadramento das condutas da Contratada nas infrações previstas nesta Seção, com a aplicação das penalidades cabíveis.

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de](#)

[2021](#)).

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados ( [art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#) ):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

## 15 DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Palotina, 20 de agosto de 2024

### Assinatura da autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE AGUIAR BENINCA, DIRETOR(A) DO SETOR PALOTINA**, em 20/08/2024, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **6946028** e o código CRC **8832F3F8**.